

O rosto de Angola

Isabel dos Santos, filha do presidente angolano, tem cada vez mais protagonismo no mundo dos negócios em português. Desde a PT, Espírito Santo, até Américo Amorim, a empresária de 34 anos está no topo no núcleo económico do regime de Angola. O próximo passo é a participação numa biorefinaria em Sines



Estar bem relacionado com Isabel dos Santos, (aqui numa foto antiga) é uma vantagem negocial

Luís Villalobos*

● Os adjetivos são sempre positivos. Isabel dos Santos, filha do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, é “uma boa empresária”, “extremamente dinâmica e inteligente”, “profissional” e, apesar de ser uma “dura negociante”, é “correcta”, além de “afável”, “simpática” e “bonita”. A esta caracterização da empresária de 34 anos, primogénita de José Eduardo dos Santos, feita por diversas pessoas que com ela convivem e negociam, junta-se outra componente: discrição, ao nível pessoal e empresarial. No entanto, tal não a impede de ser uma figura incontornável em Angola, ao mesmo tempo que expande os seus investimentos no território português.

LUSA

Depois do Grupo Espírito Santo, PT e Américo Amorim, o próximo português a associar-se a Isabel dos Santos será Pedro Sampaio Nunes, no projecto de construção de uma biorefinaria em Sines. Este engenheiro fundou a Green Cyber, juntamente com o seu sócio Vítor Sousa Uva, ficando os dois com 30%. E, segundo afirmou o empresário, uma empresa onde Isabel dos Santos é sócia, ao lado do marido, Sindica Dokolo, ficará com 35%.

Os restantes 35% ficarão com uma terceira entidade, ligada à área industrial, que deverá ficar escolhida a curto prazo. Depois, os accionistas terão de aplicar cerca de 80 milhões de euros no projecto, ainda com contrato de investimento por assinar. Segundo Sampaio Nunes, que nasceu em Angola e trabalhou como consultor para a área energética, os dois encontraram-se por intermédio de conhecidos em comum ligados à petrolífera estatal angolana Sonangol. A partir do primeiro contacto, e depois de verificarem que havia “um interesse e visão convergente” face ao advento dos biocombustíveis e importância da matéria-prima, o empresário português passou a lidar com os intermediários da empresária. “A engenheira Isabel dos Santos está muito bem assessorada”, sublinha.

Apelido precioso

Sampaio Nunes, que começou a trabalhar no projecto da biorefinaria em 2005, já garantiu o aluguer e concessão de terrenos em Angola, mas a parceria com a filha de Eduardo dos Santos traz “novas possibilidades”. Por outro lado, espera ter acesso a terrenos na República Democrática do Congo (RDG), país de origem de Sindica Dokolo. Tal como Isabel dos Santos em Angola, Sindica Dokolo, filho de um milionário cuja riqueza nasceu envolta em suspeitas, surge como figura que representa os interesses de negócios congolezes.

Isabel dos Santos também traz algum conhecimento do sector, já que o seu nome está associado ao projecto agrícola Terra Verde, uma parceria entre israelitas e angolanos. Criado em 2002, e gerido por especialistas israelitas, produz frutas e vegetais, abastecendo os principais retalhistas e restaurantes de Luanda, além dos refeitórios das empresas diamantíferas e petrolíferas. Isabel dos Santos está também presente na Sagripek, sociedade de agro-pecuária partilhada com entidades como o Banco

MANUEL ROBERTO



Rota Lisboa-Luanda cresce 32 por cento em 2006

A TAP transportou mais de 55 mil passageiros entre Lisboa e Luanda no primeiro semestre deste ano, um aumento de 32 por cento face aos primeiros seis meses do ano passado. Um dos factores que contribuiu para este crescimento foi a introdução de uma sexta frequência por semana (voo de ida e volta) entre as duas cidades, em Abril passado - e que entretanto foi acrescida de uma sétima já este mês -, uma vez que "a procura tem acompanhado a oferta de voos", indica o porta-voz da empresa, António Monteiro. Os aviões da TAP naquela rota têm mais de 90 por cento dos lugares ocupados durante as épocas altas (Verão, Páscoa, Natal), um pouco acima da taxa de ocupação média anual, que ultrapassa os 80 por cento das aeronaves utilizadas: os A340, os maiores da frota, com 274 lugares. "A maioria dos passageiros são angolanos que utilizam a TAP para aproveitar a sua rede tanto para a Europa como para o Brasil ou os Estados Unidos, para além de Lisboa", afirma também o mesmo responsável. "Os portugueses ou de outras nacionalidades, particularmente europeus e americanos, são maioritariamente tráfego de negócios ou trabalhadores de empresas estabelecidas em Angola."

Outra companhia que voa entre as duas capitais é a TAAG, do Estado angolano, que se viu este mês obrigada a alugar aviões e tripulações de algumas "charter" portuguesas, como a Euroatlantic, para manter as ligações, por ter entrado para a "lista negra" de transportadoras divulgada pela União Europeia. Os voos entre os dois países dependem de um acordo bilateral assinado entre os Estados português e angolano.

A carga aérea também está a crescer nesta linha, uma das principais para esta área de negócios da TAP. A previsão é atingir 4000 toneladas em 2007, face às 3.300 toneladas registadas em 2006 entre Lisboa e Luanda, na sua maioria equipamentos ligados à indústria de petróleo, medicamentos e géneros alimentares. No ano passado, a TAP viu-se obrigada a fretar seis aviões exclusivamente para esse efeito. I.S.

Após o regresso de Londres, em meados dos anos 90, Isabel dos Santos, detentora de conhecimentos em gestão de empresas, depressa vingou nos negócios, dominados pela "nomenklatura" do partido do poder, o MPLA, controlado pelo pai.

A empresária surge associada a diversos investidores, sempre indirectamente

Africano de Investimentos (BAI) e os irmãos Faceira (parceiros da Escom e próximos de Eduardo dos Santos)

Tal como em outros casos, Isabel dos Santos, que raramente se deixa fotografar pela comunicação social, surge associada a vários investidores, e sempre indirectamente. No caso da Terra Verde, entre os seus parceiros estará o russo Gaydamak. Em 2004, em declarações à BBC, Gaydamak, acusado de traficar armas para Angola, dizia, referindo-se à Terra Verde, que pretendia satisfazer "todas as necessidades de Angola".

Isabel dos Santos começou a desportar no seu país de origem em meados dos anos 90, após o regresso de Londres, onde vivia com mãe, Tatiana Kukanova, e onde se licenciou em engenharia electrotécnica. Detentora de conhecimentos em gestão de empresas, depressa começou a vingar no mundo dos negócios, dominado pela "nomenklatura" do partido do poder, o MPLA. O primeiro projecto que lhe é atribuído surgiu através da Urbana 2000, entidade a quem foi adjudicada de forma expedita a recolha do lixo na zona de Luanda. Esta actividade era conduzida pela estatal Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), mas a eficácia era reduzida e em 1997 a Urbana 2000 passou a gerir a Elisal e o negócio.

Recolher dividendos

Por esta altura entra também no negócio dos diamantes, a segunda maior fonte de receitas depois do petróleo. Também aqui os dados não são totalmente claros, mas uma análise de 2004 da "Partenariat Afrique Canada" referia a possibilidade da empresária estar ligada à Tais, uma empresa suíça accionista da Ascorp, que comprava os diamantes dos "garimpeiros", não licenciados. A "Antwerp Facet News Service", organização dos representantes dos diamantes da Bélgica, esclarece que a Angola Diamond Corporation (ADC) "detida pelo empresário Noé Baltazar e Isabel dos Santos", está a de-

senvolver uma das maiores produções destas pedras preciosas no Camutué. Inicialmente, a concessão do Camutué estava adjudicada à Sociedade Mineira do Lucapa, uma "joint venture" da estatal portuguesa SPE com a Endiama. Em 1997 a SPE ficou sem esta área, que transitou para a ADC.

Christian Dietrich, analista ligado ao sector, escreveu num estudo sobre a indústria de diamantes que o mais provável seria a ADC, por falta de capital, associar-se a um consórcio que garantisse a exploração, logo, o investimento, ficando com parte dos lucros. Esta é, aliás, uma modalidade corrente. No caso do Camutué o investidor escolhido foi a Namakwa Diamonds, do empresário sul-africano John Firth.

Além de Noé Baltazar, ex-responsável da Endiama, outro parceiro da filha do presidente angolano é o multimilionário russo/israelita Lev Leviev, sócio da mina do Catoca, a maior deste país, (via Daumonty) e da única unidade de lapidação de diamantes de Angola. Diversos relatos dão ainda conta do cruzamento da empresária com Noé Baltazar e Lev Leviev no capital da Sodiam, a entidade controlada pela Endiama para vender os diamantes no estrangeiro.

No caso da Escom, empresa do Grupo Espírito Santo e de Helder Batalgia que explora a mina diamantífera do Luó com os russos da Alrosa, a Endiama, e mais duas

empresas angolanas, fonte oficial afirmou que a empresa "não tem Isabel dos Santos nem como sócia nem como parceira em nenhuma das suas actividades". Questionada sobre a identidade dos sócios para a área das pescas (Starfish) e aviação (Air Gemini), a mesma fonte afirmou que as duas empresas são controladas pela AMDL, que, por sua vez, é detida a 50 por cento pela Escom, ficando os outros 50 com sócios angolanos, entre os quais estão os irmãos Faceira.

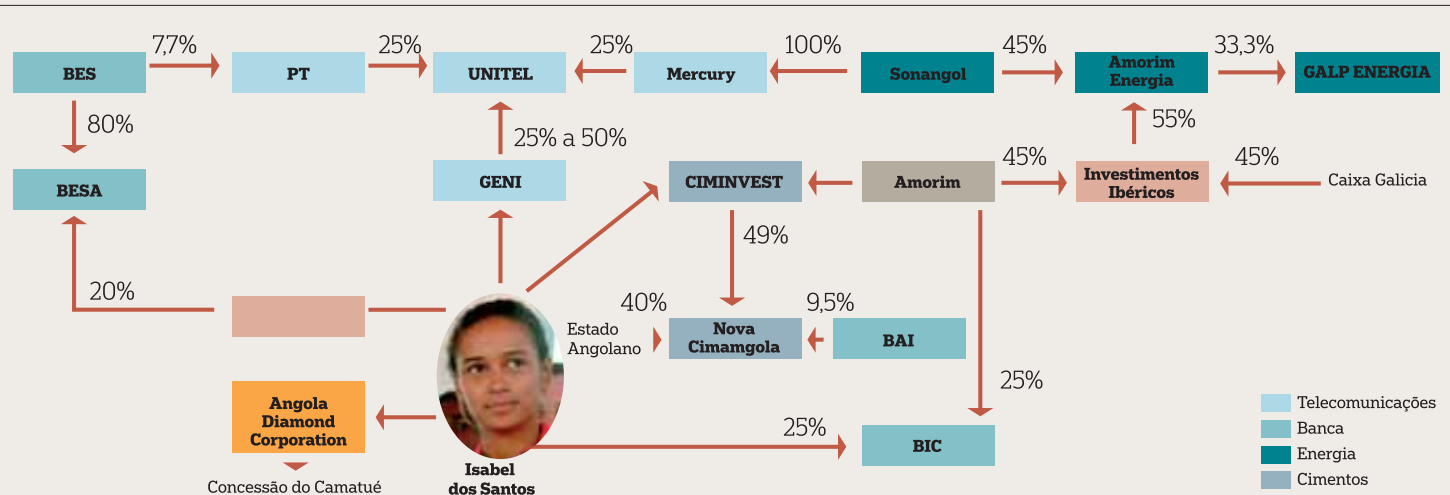
Ligação aos Espírito Santo

A evidência dos contactos de Isabel dos Santos com empresas portuguesas surgiu há cerca de seis anos, através da banca e das telecomunicações. Depois de o Banco Espírito Santo ter fundado o BESA em Angola, em 2001 (e do qual Helder Batalgia é administrador executivo), Isabel dos Santos fez parte do núcleo de accionistas locais que ficou com 20 por cento do capital. Na mesma altura em que o BES lançou o banco, a Portugal Telecom, participada pelo BES (veja infografia), comprou 25% do capital da Unitel, a quem José Eduardo dos Santos concedera os direitos de exploração de telemóveis por adjudicação directa.

Na altura, o "Expresso" escreveu que a PT não sabia determinar com exactidão quem eram os accionistas das empresas envolvidas na Unitel, compostas pela participada da Sonangol, a Mercury (25%) e por outros parceiros. O então presidente da PT, Murteira Nabo, afirmou mais tarde que "a filha do presidente [de Angola] não é accionista directa da nova empresa, mas presumo que tem interesses numa das empresas accionistas". Foi através da Geni - Novas Tecnologias que Isabel dos Santos entrou nesta área de negócio, a qual tem dado bons resultados. Em 2006, segundo a PT, a Unitel teve receitas de 517 milhões de euros. Esta empresa é presidida por Manuel →

As principais ligações empresariais de Isabel Santos

A empresária cruza-se com grupos portugueses em áreas que vão desde a energia à banca, passando pelas telecomunicações.



Capa

→ Domingos Vicente, o presidente da Sonangol que Américo Amorim colocou na administração da Galp Energia. Manuel Vicente, na Galp há um ano, é também administrador do banco angolano BAI e está ligado ao grupo Carlyle, fundo de investimentos norte-americano dominado por diversas figuras políticas, como George W. Bush (pai). A par da Caixa Galicia, a Sonangol foi a empresa escolhida por Amorim para partilhar os 33,3 por cento que o empresário garantiu na Galp, tendo os angolanos uma participação mais relevante do que os galegos, já que detêm 45 por cento da Amorim Energia, a “holding” sediada na Holanda a quem está imputado o capital da petrolífera portuguesa. Apesar de haver diversas referências à participação de Isabel dos Santos neste negócio, não há evidências nesse sentido, embora possa estar ligada aos 45 por cento detidos pelos angolanos. Questionados sobre esta e outras questões, os responsáveis pela comunicação de Américo Amorim afirmaram que não poderiam responder em tempo útil. Em 2000, a revista norte-americana “New Yorker” ligava a empresária a uma sociedade petrolífera em Luanda, alegando que seria parceira em diversos consórcios com estrangeiros para a exploração de petróleo.

O amigo Amorim

Esteja ou não ligada ao negócio da Galp, cujos interesses na exploração de petróleo em Angola tendem a crescer, Isabel dos Santos encontrou em Américo Amorim um parceiro privilegiado. Em Abril de 2005, conforme noticiou o PÚBLICO, Fernando Teles saiu da direcção do Banco Fomento de Angola (BFA, detido a 100 por cento pelo grupo BPI) para fundar uma nova instituição. Os sócios: Isabel dos Santos (25%), Manuel Ferreira (da Martal, empresa de supermercados e imobiliário), Sebastião Lavrador (presidente de um pequeno banco, o Sol, e ex-governador do Banco Nacional de Angola), o próprio Fernando Teles e um grupo luso-brasileiro. Logo depois, Amorim ficou com 25% do capital dessa nova instituição, o Banco Internacional de Crédito (BIC). Com uma rapidez impressionante na abertura de balcões, o BIC disputa hoje a liderança do mercado com o BFA, ao mesmo tempo que o Estado tem vindo a exigir que 50 por cento do capital dos bancos portugueses no país passem para investidores locais.

Além de continuar a reforçar o número de balcões e depósitos em Angola, o BIC já entregou o pedido para abrir actividade em Portugal, com a perspectiva de colocar o ex-ministro Mira Amaral na presidência. Embora o Banco de Portugal não comente o processo, o PÚBLICO apurou que este está em fase de análise, e que a decisão deverá estar tomada no início do ano que vem. Em termos accionistas, a ideia é replicar a estrutura actual no mercado português.

O último grande negócio que envolveu os dois empresários surgiu com a saída, em ruptura, do mercado angolano por parte da Cimpor. O grupo controlado pela Teixeira Duarte tinha comprado, em Novembro de 2004, 49 por cento da maior empresa do sector desde país, a Nova Cimangola, onde já estavam o Estado angolano (39,8 por cento) e o BAI (9,5 por cento). Um ano depois já estava instalado o conflito entre as empresas, que só ficou resolvido com a saída da Cimpor, em Outubro de 2006. Os 49 por cento passaram então para as mãos da Ciminvest, cuja propriedade é atribuí-

da pela comunicação social a Américo Amorim e Isabel dos Santos.

Tendo em conta a aproximação ao projecto da biorefinaria em Sines, pode-se pensar que os negócios da “princesa imbatível”, como já foi apelidada em Luanda, não se fiquem por aqui no que toca a Portugal. A ligação segue a lógica da grande proximidade que existe entre o território nacional e a família Dos Santos, mas também o interesse de Angola num país que lhe dá garantias de protecção. Angola vê em Portugal um local seguro para os seus negócios, investimentos e aplicações financeiras, ao contrário, por exemplo, da França, onde decorrem investigações judiciais atentas às movimentações em contas bancárias na Suíça e Luxemburgo da família Eduardo dos Santos e de figuras do seu círculo mais próximo - desde militares a ministros.

Para os empresários portugueses, segundo um jornalista angolano que tem acompanhado estes processos, as vantagens de associação a Isabel

Angola vê em Portugal um local seguro para os seus negócios, investimentos e aplicações financeiras, ao contrário, por exemplo, da França, onde decorrem investigações judiciais

dos Santos são óbvias: “Encontra as portas escancaradas. Sem a cobertura de Isabel, receio que Amorim não pudesse entrar no capital da Nova Cimangola e em outros negócios”. Na esmagadora maioria dos casos, será verdade. Mas todas as regras têm excepção, e a Iduna parece ser uma delas. No início de 2006, o presidente desta empresa de mobiliário de escritório, Alberto Carvalho de Araújo, anunciou que iria abrir uma fábrica em Angola, ficando Isabel dos Santos com 45 por cento, a Iduna já abastecia o recheio dos balcões do BIC e a fábrica devia ter começado a laborar logo nesse ano, mas as obras ainda nem começaram. O empresário admite que o processo tem sido mais lento do que esperava, mas sublinha que “a fábrica vai avançar”. Com vendas de 12 milhões de euros em 2006, o problema talvez seja a sua pequena dimensão, juntando-se assim à lista de grupos que encontram dificuldades em investir neste país (veja texto ao lado).

Sendo certo que Isabel dos Santos tem poder económico, logo, muita influência, fazendo parte das pessoas que compõem o círculo íntimo de Eduardo dos Santos e controlam os negócios em Angola, a sucessão política parece estar orientada para o seu irmão, José Filomeno dos Santos, conhecido como Zenu. Outra irmã, Tchizé, casada com um português, já tem menos ramificações empresariais, mas nem por isso deixa de ter os seus investimentos, além de ser a responsável pela revista Caras em Angola. E os três fazem parte o suporte económico do núcleo central do regime, representado por diversos generais, políticos, ministro e ex-ministros, garantido de forma transversal e através de diversas trocas de participações, num país onde não parecem existir leis de incompatibilidades.

*Com Ana Dias Cordeiro e Cristina Ferreira



MIGUEL MADEIRA

Longa se torna a espera

O investimento português em Angola atingiu os 330 milhões de euros no ano passado. A burocracia faz dilatar prazos

Ana Rute Silva

A Barbot vai abrir com um ano de atraso uma fábrica em Angola. A Aerosoles travou um projecto, em fase inicial, de instalação de uma unidade. A Unicer espera há dois anos pela autorização do Governo angolano para construir uma fábrica com capacidade para produzir 200 milhões de litros de cerveja. A Compal ponderou avançar pelo mesmo caminho e procurou, durante um ano, um parceiro para produção local sob licença.

Fazer negócios em Angola exige tempo. E as dificuldades sentidas pelas empresas portuguesas num país que atingiu um crescimento na ordem dos 20 por cento em 2005 - e que tem Portugal como principal fornecedor - nem sempre são notícia nos jornais ou constam dos programas das inúmeras conferências sobre o tema que, nos últimos meses, se realizaram em Portugal. Obter um visto de trabalho, por exemplo, pode demorar dois anos.

“Atualmente as empresas têm o cuidado de estudar atempadamente o mercado e, alguém que decida avançar, já sabe com o que pode contar”, diz Fernando Faria, delegado da Associação Industrial Portuguesa (AIP) em Angola. No entanto, admite que “há complicações em termos de execução dos projectos”. O mesmo é confirmado por fonte da AICEP Portugal Global (Agência para o Investimento e Comércio Externo de

Mesmo com as visitas de Estado, a burocracia continua a ser um obstáculo ao investimento em Angola

Algumas fábricas em projecto

Aerosoles

Anúncio: 2004

Objectivo de produção: dois mil pares de sapatos por dia
Investimento: 200 mil euros (apenas na recuperação de uma fábrica local)

Estado actual: projecto cancelado depois de uma abordagem inicial. Grupo vai avançar com presença comercial

Barbot

Início da preparação: 2005

Investimento: 840 mil euros
Facturação prevista: entre 1,5 milhões de euros e dois milhões de euros

Objectivo de produção: um milhão de litros de tinta por ano.
Número de trabalhadores: 12
Data prevista de abertura: Outubro

Compal

Anúncio: 2005

Investimento: 15 milhões de euros

Objectivo de produção: 3,4 milhões de litros de sumos e néctares (inicialmente)
Exportação: 15 milhões de litros em 2005
Estado actual: não comenta

Fogões Meireles

Anúncio: 2007

Investimento: 700 mil euros
Objectivo de facturação anual: 10 milhões de dólares
Número de trabalhadores: 20
Estado actual: em aprovação
Data prevista de início de actividade: Julho de 2008

Unicer

Início da preparação: 2005

Investimento: 120 milhões de euros

Objectivo de produção: 200 milhões de litros
Exportação actual: 120 milhões de litros de cerveja
Estado actual: a aguardar aprovação

Portugal). Apesar dos diplomas legais que, nos últimos anos, têm facilitado a captação de investimento, “continuam a subsistir problemas” como, por exemplo, a demora na criação de empresas. A base de dados do Banco Mundial sobre a facilidade em fazer negócios coloca o país do ouro negro em 156º lugar, numa lista de 175 economias, liderada por Singapura. A burocracia e a espera que os empresários têm de enfrentar são as críticas mais frequentes.

Parar para pensar

Em 2004, o Centro Tecnológico do Calçado divulgava no seu “site” que a Aerosoles iria abrir uma fábrica em Angola para produzir dois mil pares de chinelos e sandálias por dia. Três anos depois o projecto não avançou. Artur Duarte, presidente e fundador do grupo Investar, detentor da Aerosoles, travou a iniciativa “numa fase de pré-estudo”. O empresário acredita no mercado angolano, mas vai dizendo que ainda falta dar “passos simples” para resolver alguns entraves. No sector do calçado não há uma indústria instalada para desenvolver pólos de apoio, nem pessoal qualificado, e enviar quadros portugueses “sai caro”. Por isso, antes de avançar para a construção de uma unidade fabril, o empresário decidiu testar o produto localmente e criou uma empresa comercial em parceria com a têxtil Irmãos Vila Nova, detentores da marca Salsa. Comprou um armazém em Luanda (investindo 500 mil euros) e prevê abrir uma “department store” onde vai vender produtos têxtil-lar, gangas e sapatos. A burocracia não tem facilitado a tarefa. Ao que o PÚBLICO apurou

os contentores podem demorar entre quatro a cinco meses para serem desalfandegados.

Rui Amendoeira, advogado da Miranda Correia Amendoeira que tem escritórios em Angola, explica que os obstáculos logísticos são os mais frequentes. “Há dificuldades em encontrar mão-de-obra especializada, de comunicação, de transporte, de telecomunicações. São as dificuldades logísticas que tornam os investimentos difíceis e, sobretudo, caros. Mas esse é o contraponto da oportunidade de mercado”, avisa.

Os elevados impostos à entrada de produtos dificultam a exportação e, por isso, é mais rentável investir numa estrutura local. Quando liderava a Compal, João Cotrim de Figueiredo preparava-se para iniciar a produção de sumos e néctares sob licença. Encontrar um parceiro levou um ano, mas a morosidade dos processos não surpreendeu o gestor. “Quem conseguir investir a tempo, é quem vai retirar os máximos benefícios”, afirma, revelando que a elevada exportação (15 milhões de litros em 2005) justificava o investimento. Com a venda da Compal ao consórcio Sumolis/CGD, as notícias sobre a unidade em Angola cessaram. A actual gestão não fala “sobre a instalação ou não de uma fábrica”, dizendo apenas que “prefere anunciar os projectos quando estão concluídos”.

No caso da Barbot, fabricante de tintas e vernizes, a entrada em funcionamento da fábrica de 800 metros quadrados em Luanda já tem data marcada para Outubro, mais de um ano depois do previsto. Uma declaração da junta de freguesia local, necessária para a co-



Foi recentemente aprovada legislação que cria vistos para empresas com a duração de um ano. “Agora é ver como se passa da teoria à prática”

locação dos equipamentos na unidade, demorou quatro meses a ser emitida. Desvalorizando o atraso, Carlos Barbot, presidente da empresa, adia para 2008 a intenção de aproveitar a presença portuguesa no mercado da construção civil e o “boom” do sector.

O PÚBLICO tentou saber junto do Ministério da Economia quais as iniciativas do Governo português, junto das autoridades angolanas, para incentivar a adopção de medidas que facilitem a instalação de fábricas, mas não recebeu qualquer resposta. Na óptica das empresas, o potencial da economia angolana compensa os atrasos.

Há dois anos que a Unicer espera por uma autorização para poder construir uma fábrica e criar uma marca de cerveja local. Numa recente visita ao Porto, o ministro angolano da Indústria, Joaquim

David, admitiu que “há várias influências em jogo”. O mercado das cervejas é liderado por um operador que está instalado há dez anos no país.

Não é por acaso que o Dossiê de Mercado disponibilizado pela AICEP refere o peso da “economia informal” como um dos grandes entraves à expansão do negócio. Neste contexto, há quem utilize conhecimentos para tentar acelerar a entrada no mercado. Por outro lado, a corrupção é uma realidade local reconhecida pelos próprios angolanos, diz o advogado Rui Amendoeira. No relatório dos Indicadores Globais da Governação do Banco Mundial, Angola surge no percentil 8,7 no indicador “controlo da corrupção”. Ou seja, apenas 8,7 por cento dos 212 países analisados estão abaixo deste nível.

Novos vistos

A juntar a estas dificuldades, está a obtenção de vistos de trabalho. Bernardino Meireles, presidente da António Meireles SA, que produz e comercializa electrodomésticos e anunciou recentemente a construção de uma fábrica em Angola, faz um apelo às autoridades.

“O Estado angolano tem de resolver a questão dos vistos se quer atrair investimento. É inadmissível o que se passa”, diz. Os quatro trabalhadores da empresa que estão a dar formação no país são obrigados a regressar de três em três meses para revalidar o visto de turista. Obter uma autorização para trabalhar em Angola pode demorar dois anos e o “Jornal de Negócios” noticiava há dias que, por este motivo, as empresas portuguesas de construção civil “estão à beira da ruptura por

falta de pessoal qualificado”.

Para tentar contornar o problema, foi aprovada recentemente legislação que cria vistos para empresas com a duração de um ano, evitando as deslocações sucessivas a Portugal. “Agora é uma questão de ver como se passa da teoria à prática”, comenta Fernando Faria.

Bernardino Meireles começou a preparar a entrada em Angola em Setembro do ano passado e conseguiu o alvará para iniciar actividade comercial em Maio. Até à construção da fábrica, empresa de Paredes vai vender equipamentos hoteleiros e formar quadros angolanos. “Neste momento exportamos muito pouco para lá, mas prevemos atingir os 15 por cento no próximo ano”, revela.

O FMI diz que Angola mostrou que está a conseguir ultrapassar os efeitos da guerra. A economia cresceu e as perspectivas de crescimento não passaram despercebidas às empresas nacionais. Só em 2006 foram aprovados 191 projectos de investimento, sensivelmente o mesmo número de propostas que entraram entre 2001 e 2005. À delegação do AICEP chegam, por mês, cerca de 100 pedidos de formação. O investimento português tem crescido desde 2002, mas o desinvestimento também segue o mesmo padrão: só em 2006 foram retirados mais de 198 milhões de euros. O investimento líquido, nesse período, foi de 131.557 milhões de euros.

As dificuldades em fazer negócios podem começar logo com o primeiro telefonema. O PÚBLICO contactou, sem sucesso, o ministério da Indústria angolano e a ANIP.

pe@

No mês 7
Ganhe 8%
TANB



Se procura oportunidades, não vai deixar escapar esta. Uma taxa de 8%* num depósito a prazo válida para novos Clientes e apenas durante o mês de Julho. Entre em www.activobank7.pt ou ligue 707 500 700 e subscreva já.

Abra conta e ganhe.



ActivoBank7
ACTIVO O SEU DINHEIRO

707 500 700 activobank7.pt Centros Activo: LISBOA Pr. Marquês de Pombal, 13 PORTO Av. dos Aliados, 237

(* Depósito a prazo a 30 dias com TANB de 8%, disponível apenas para novos Clientes (Clientes particulares e maiores de idade, excluindo familiares em economia comum, que não fossem 1ºs titulares de uma conta no ActivoBank7 à data de 29 de Junho de 2007). Montante máximo de subscrição de €100.000 por Cliente.